FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOELMA CASTRO BELMONTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA: UMA ANÁLISE DO TERRA BRASIL PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, APLICADO NAS COMUNIDADES RURAIS DO: ARATABA, QUERO-QUERO E CONQUISTA DO MIMOSO, NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS.

AQUIDAUANA, MS
2023

JOELMA CASTRO BELMONTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA: UMA ANÁLISE DO TERRA BRASIL PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, APLICADO NAS COMUNIDADES RURAIS DO: ARATABA, QUERO-QUERO E CONQUISTA DO MIMOSO, NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS.

Dissertação apresentada, como exigência do curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Valter Guimarães.

AQUIDAUANA, MS
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA: UMA ANÁLISE DO TERRA BRASIL PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, APLICADO NAS COMUNIDADES RURAIS DO: ARATABA, QUERO-QUERO E CONQUISTA DO MIMOSO, NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS.

Dissertação apresentada, como exigência do curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Valter Guimarães.

Resultado: Aprovada

Aquidauana-MS, 26 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Orientador: Professor Doutor Valter Guimarães – UFMS / Campus de Aquidauana

_____

Professor Doutor Paulo Roberto Joia – UFMS / Campus de Aquidauana

_____

Professor Doutor Vicente Rocha Silva – UFMS / Campus de Aquidauana

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar, a Deus pelo dom da vida, sabedoria, discernimento, saúde, enfim por ser essencial em minha vida, pela força e coragem durante toda esta longa jornada.

Aos meus pais Joel Belmonte da Silva e Lindalva Castro, pelo incentivo, ensinamentos, oportunidades que me foram concedidas, e principalmente por ser a base sólida de um lar. E de todo o suporte para vencer mais esta etapa de minha vida. Ao meu irmão Juliano César Castro Belmonte pelo companheirismo de além de irmão um super amigo. E pela minha filha, que ainda mesmo no meu ventre me fez encorajar e seguir em frente.

Aos meus colegas de turma pelas trocas de experiências (ainda que seja em período atípico e pandêmico), discussões e debates sempre produtivos durante as aulas mesmo sendo do modo síncrono.

A todos os professores(as) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e em especial ao professor doutor Valter Guimarães. Aos professores(as) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Unidade Universitária de Jardim, e principalmente a minha coorientadora professora doutora Ana Maria Soares de Oliveira, pela contribuição teórica, pela parceria e por aceitar o convite.

Gratidão!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assentamento Rurais de Crédito Fundiário em Jardim/MS.....27
Figura 2: Comunidade Quero Quero. Área coletiva – Associação de moradores.....34
Figura 3: Comunidade Quero Quero. Bovinocultura e plantação de mandioca.....35
Figura 4: Comunidade Quero Quero. Tanque de pisicultura e bovinocultura leiteira.....35
Figura 5: Comunidade Quero Quero. Tanque de pisicultura.....36
Figura 6: Comunidade Arataba. Associação de moradores. Área coletiva....39
Figura 7: Comunidade Arataba. Plantio de capiaçu.....40
Figura 8: Comunidade Arataba. Plantação de capiaçu e milho verde.....40
Figura 9: Comunidade Arataba. Plantação de abóbora.....41
Figura 10: Comunidade Arataba. Plantação de capiaçu.....41
Figura 11: Comunidade Arataba. Plantação de mandioca.....42
Figura 12: Comunidade Arataba. Plantação de milho verde.....42
Figura 13: Placa indicando a entrada principal da Comunidade Conquista do Miimoso.....47
Figura 14: Comunidade Conquista do Mimoso. Plantação de mandioca.....47
Figura 15: Comunidade Conquista do Mimoso. Plantação de abobóra.....48
Figura 16: Comunidade Consquista do Mimoso. Plantação de mandioca.....48
Figura 17: Mandioca com casca para a comercialização. Comunidade Conquista do Mimoso.....49
Figura 18: Comunidade Conquista do Mimoso. Mandioca descascada, pronta para a comercialização.....50
Figura 19: Galineaceos produção da Comunidade Conquista do Mimoso.....51
Figura 20: Suinocultura, produção para comercialização. Comunidade Conquista do Mimoso.....52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro geral PNCF – Linhas de Crédito 2023.....24
Quadro 2: Comunidade Quero Quero, produção de expectativa de renda, por lote.....31
Quadro 3: Comunidade Arataba, produção de expectativa de renda, por lote.....36
Quadro 4: Comunidade Conquista do Mimoso, produção de expectativa de renda, lote.....43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comunidade Quero Quero - Jardim/MS. Produtividade (em %) 33
Gráfico 2: Comunidade Arataba - Jardim/MS. Produtividade (em %) 37
Gráfico 3: Comunidade Conquista do Mimoso - Jardim/MS. Produtividade (em %) ...45

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
CPR – Combate a Pobreza Rural.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
IBGE – Instituro Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
FAF/MS – Federação da Agricultura Familiar.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
NPT – Nossa Primeira Terra.
PIB – Produto Interno Bruto.
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário.
RAM – Reforma Agrária de Mercado.

RESUMO

A concentração fundidária e a luta pelo direito à terra, tem marcado históricos e longos anos a vida de muitas famílias agricultoras rurais. Nesse sentido, a existência de políticas públicas que possibilitem a essa população imperceptível ao latifúndio. O acesso a terra é necessário como uma das formas de reduzir a desigualdade social e a miséria existentes no campo. O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) é uma política importante de acesso à terra para os agricultores familiares, bem como de geração de renda para as comunidades rurais beneficiadas com tal política. Esta pesquisa preconizará as ações Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF), enquanto política de acesso à terra em assentamentos rurais e, de modo específico, nas comunidades Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, localizados no município de Jardim-MS. Os procedimentos metodológicos, foram embasados no método de abordagem dialético na percepção marxista. Cabe destacar que partindo desta abordagem teórico-metodológico pesquisa foi embasada em autores que discutem a temática agrária. No entanto, essa pesquisa teve como diagnóstico conclusivo a investigação de fatores que contribuiu para entender como é constituída a estrutura socioeconômica, identificou os fatores que comprometem o êxito do programa; Como o acesso à terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil tem promovido melhorias da produção, da geração de renda e, consequentemente das condições de vida das famílias beneficiárias.

Palavras Chaves: Desigualdade social; Agrária; Socioeconômica; Geração de renda; Produção.

ABSTRACT

Land concentration and the struggle for the right to land have marked the lives of many rural farming families for many years. In this sense, the existence of public policies that allow this population imperceptible to the latifundium. Access to land is necessary as one of the ways to reduce social inequality and poverty existing in the countryside. The National Land Credit Program Terra Brasil (PNCF) is an important policy for access to land for family farmers, as well as income generation for rural communities benefiting from this policy. This research will advocate the actions of the National Land Credit Program Terra Brasil (PNCF), as a land access policy in rural settlements and, specifically, in the Quero Quero, Arataba and Conquista do Mimoso communities, located in the municipality of Jardim-MS. The methodological procedures were based on the dialectical method of approach in the Marxist perception. It should be noted that starting from this theoretical-methodological approach, the research was based on authors who discuss the agrarian theme. However, this research had as a conclusive diagnosis the investigation of factors that contributed to understand how the socioeconomic structure is constituted, identified the factors that compromise the success of the program; How access to land through the National Land Credit Program Terra Brasil has promoted improvements in production, income generation and, consequently, in the living conditions of beneficiary families.

Keywords: Social inequality; Agrarian; Socieconomic; Income generation; Production.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....12

1.1.Justificativa.....14

1.2.Objetivos.....14

1.2.1. Objetivo Geral.....14

1.2.2. Objetivos Específicos.....15

2.METODOLOGIA.....16

3.REFERENCIAL TEÓRICO.....20

3.1 Abordagem teórico geral: Da reforma agrária redistributiva à reforma agrária de mercado (RAM).....20

3.2. O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil – PNCF.....22

4.AS COMUNIDADES RURAIS.....26

4.1.Caracterização da área de estudo.....26

4.2.1. A comunidade rural Quero-Quero.....28

4.2.2. A comunidade rural Arataba.....29

4.2.3. A comunidade rural Conquista do Mimoso.....29

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....31

6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....54

REFERÊNCIAS.....56

DOCUMENTOS ANEXADOS.....62

1. INTRODUÇÃO

A realidade da concentração de terras permanece atualmente no contexto agrário do país, conforme se observa nos últimos dois censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 2006 e 2017.

Ambos representam os dados no sentido de demonstrar que apenas 1% do número de estabelecimentos rurais do Brasil ocupa o correspondente a 47,60% da área nacional que possui estabelecimentos agropecuários, vez que aproximadamente, a metade do número desses estabelecimentos, correspondente a 50,13%, ocupa apenas 2,27% desta área.

A terra não é resultado do trabalho humano. Para que se possa produzir é preciso empregar trabalho, máquinas e demais insumos. (MARTINS, 1995 p. 257).

As políticas públicas correspondem a um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de diversos problemas verificados na sociedade.

Em se tratanto de meio rural, salienta-se que as políticas públicas devem ter um papel fomentador no sentido de consolidar a área em que as pessoas vivem com um multiterritório, considerando suas especificidades jurídicos-políticas, econômicas e culturais (HAESBAERT, 2004).

De acordo com Sauer (2010, p. 53); Pereira e Sauer (2011) essas políticas públicas têm apresentado vários problemas, passando pela escolha do local (solo, água, distância dos centros), tamanho da propriedade e a questão do endividamento das famílias.

Quando se refere a agricultura familiar, um aspecto fundamental, em se tratando de políticas públicas, é o acesso à terra. Desse modo, nesse relatorio de pesquisa em andamento que este pode ter em seu sentido amplo diferentes significados.

É justamente pelo viés do tensionamento e reconfiguração das forças políticas que surgiu a proposta do assentamento no modelo Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) no explosivo contexto dos conflitos fundiários do município. Na época a divergência ideológica do movimento social culminou com o deslocamento de diversos membros das famílias acampadas, que então recorreram

aos mecanismos de mercado para efetivar o acesso à terra.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) é uma política importante de acesso à terra para os agricultores familiares, bem como de geração de renda para as comunidades rurais beneficiadas com tal política.

Em se tratando da obtenção por meio o crédito fundiário, o agricultor contemplado por tal política pública, após 3 anos de carência, passa a pagar o financiamento da compra da terra.

A este respeito, Sauer (2010, p. 114) ao analisar a Reforma Agrária de Mercado durante as décadas de 1990 e de 2000, constatou que a maioria das famílias encontrou dificuldades pagar o financiamento da terra, logo, o sonho de conquista da terra se tornou um pesadelo.

O acesso em geral das famílias ao Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) foi feito por meio de uma relação comercial, onde as pessoas que tinham cadastros sem dívidas e demonstravam condições de pagar as parcelas anuais foram as contempladas.

Dentre elas serão previamente elencadas aquelas que foram trabalhadas na presente pesquisa, afim de se realizar-se recorde metodológico. Deste modo, o percurso da política pública de acesso à terra, em específico a Política Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil, e os assentamentos rurais Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, localizados em Jardim/MS.

As famílias que tiveram oportunidade de acesso a terra através da compra do lote via financiamento, sempre tiveram uma relação com a terra: trabalharam em fazendas, eram filhosde agricultores ou já trabalharam no campo. A maior parte dos assentados possui uma história de vida ligada a estrutura fundiária. São peões de fazenda e dentre outros ofícios existentes nas grandes propriedades rurais.

Sendo assim, antes de iniciar a discussão central da presente pesquisa, faz-se necessário demonstrar o percurso feito pela reforma agrária com lutas e conquista no acesso às políticas públicas da reforma agrária. No decorrer da pesquisa, onde será realizado a abordagem de conceitos, do contexto histórico nacional, regional e local da política pública de Crédito Fundiário Terra Brasil, na sequência a caracterização da área de estudo.

No entanto, a pesquisa preconizará as ações Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF), enquanto política de acesso à terra em assentamentos rurais e, de modo específico, nas comunidades Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, localizados no município de Jardim-MS.

A mesma busca identificar as ações de implementação e analisar as condições de produção familiar e de geração de renda nesses espaços, e se tem proporcionado condições para promover o desenvolvimento da produção familiar e de geração de renda naqueles espaços.

Portanto, é de fundamental importância salientar que a criação desses projetos de aquisição da terra por meio de financiamentos ofereceu o movimento de luta pela terra, em específico nessa pesquisa, no município de Jardim fragmentando e desmobilizando a organização social. Consequentemente, não houve mais reforma agrária redistributiva na localidade, embora haja grupos acampados que ainda sonham em conquistar a terra.

1.1 Justificativa

Mediante o exposto, a pesquisa se justifica no interesse de contribuir com o debate acerca da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil, na perspectiva da reforma agrária de mercado, em comparação a reforma agrária redistributiva. Justifica-se ainda no propósito de compreender o papel deste programa no processo de criação e desenvolvimento dos assentamentos Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, de modo a propiciar melhorias na produção, geração de renda e, consequentemente das condições de vida dos beneficiários do programa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar e discutir o papel e a atuação da Política Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil - PNCF enquanto política de acesso à terra nos assentamentos rurais Quero-Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, no processo de desenvolvimento da produção familiar e de geração de renda no município de Jardim-MS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os possíveis avanços e limitações que caracterizam as ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil - PNCF;
- Identificar o Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil – PNCF e sua atuação no reordenamento territorial e os possíveis impactos na estrutura fundiária no munícipio de Jardim.
- Descrever a situação dos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares beneficiados com o Programa;

2. METODOLOGIA

O aporte teórico e metodológico da pesquisa está ancorado em autores que conceituam temas como território, espaço geográfico e relação natureza, espaço e sociedade, fatores históricos da constituição do município de Jardim bem como as formas que foram utilizados os espaços rurais hoje constituídos com “assentamentos rurais” com a política pública.

Do ponto de vista teórico-metodológico, baseamo-nos no método dedutivo. Em conformidade com este método, coloca-se a necessidade da investigação econômica de nosso objeto.

A presente pesquisa foi estruturada e embasada no método de abordagem dedutivo, onde através das analises de coleta de dados pode-se confirmar a hipótese organizados de forma lógica na confirmação da verdade . Cabe destacar que partindo desta abordagem teórico-metodológico pesquisa foi embasada em autores que discutem a temática agrária.

Na discussão da questão agrária na perspectiva da abordagem vale ressaltar o autor José de Souza Martins, que segundo este: “Existem dois tipos de regime de apropriação e utilidade da terra: 1) terra de negócio; e 2) terra de trabalho. Nesse sentido, o autor faz uma conceituação fundamental da “terra de negócio” apropriada pelos capitalistas e da “terra de trabalho” reivindicada pelos trabalhadores rurais.” (MARTINS, 1980, p. 60)

A categoria de análise geográfica abordada nessa pesquisa, é o território. E nisso, Medeiros (2008, p. 220) ressalta que, território, no caso dos assentamentos possui multiplicidades, pois com a posse estabelece limites que são demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras que vão representar uma relação político-econômica do espaço.

Conforme Lindner e Medeiros (2013) a conquista da terra para um assentado simbolizaa idealização de um “novo território”, de um espaço de apropriação, ou seja, significa a reterritorialização desse indivíduo e de sua família.

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta.

Os assentamentos são territórios, construídos através da luta pela terra, a configuração do novo território evidencia-se no espaço de novas maneiras de organização social, econômica e política. A categoria território associado às territorialidades simbólicas e materiais, estabelecem arranjos de uma nova dinâmica nos processos de produção e reprodução dos assentamentos rurais.

Segundo Kayser (2006, p. 97), “A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma”, portanto, define caminhos para se chegar aos resultados.

Para uso na fase de coleta de dados, um dos instrumentos adotados que terá como base para essa pesquisa será um questionário específico, com de formulários e entrevista semiestruturada (GIL, 2008), direcionado aos agricultores familiares, presidente de associação de moradores, dos assentamentos em questão, e de atores externos.

A presente pesquisa foi desenvolvida e baseda na metodologia quali-quantitativa com coleta de dados através de entrevista semiestruturada e análise de fatos históricos através da pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2011) a pesquisa qualitativa tem como objetivo analisar e interpretar informações através da descrição de dados que vem sendo coletados face a face entre pesquisador e informante.

As sistematizações dos dados da pesquisa de campo constituem-se da seguinte maneira: escrita do diário de campo, transcrições das entrevistas e elaboração do relatório de campo (roteiro, entrevistas, fotografias e informações coletadas), que permitiram gerar a analise da produção camponesa (quantitativa), bem como a situação atual das mesmas em relação a documentação (titulares/proprietários) (qualitativa); a entrevista também permitiu mensurar o tipo de produção dos camponeses (qualitativa).

A realização do trabalho de campo, foi necessária na contribuição para as coletas de dados socioeconômicos a fim de fazer a tabulação dos mesmos para a estatística amostal das informações.

Partindo desta concepção marxista de método que permite compreender o processo histórico em sua determinação, a metodologia e instrumentos de pesquisa foram composta da seguinte maneira:

- Revisão bibliográfica com a investigação nos principais autores contemporâneos e

clássicos da Geografia e de áreas afins que sejam relacionados a questão agrária brasileira, em seguida a questão agrária no Mato Grosso do Sul, as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento agrário, o assentamento como composição territorial e as territotialidades apresentadas pelos assentados.

- A pesquisa bibliográfica realizou-se por meio de Coleta documental com a base de dados obtidas na Agraer e dentre outros agentes externos.
- Consulta a dados de fontes secundárias;
- Levantamento de dados socioeconômicos;
- Observações a campo deu-se com um planejamento elaborado para as aplicações de questionário (em anexo) junto a uma população amostral dos três assentamentos rurais, e entrevistas com a coleta de informações inciais sobre a assistências técnicas, junto com os atores externos como representantes da AGRAER, SENAR.
- A organização para a aplicação dos questionários nas comunidades rurais com a escolha de uma população amostral de entre 35% e 20% com a coleta de narrativas dos proprietários.
- Onde a mesma ocorreu da seguinte maneira: Quero Quero – 35% do total de 18 lotes foram aplicados o questionário e a coleta de narrativas no total de 7 famílias. Arataba – A população amostral foi de 20% do total de 26 lotes, 5 famílias foram ouvidas na aplicaçãodo questionário. Conquista do Mimoso – Com a coleta amostral de 35% do total de 82 lotes, 28 famílias foram aplicadas o questionário e a escuta de suas narrativas.
- Após a coleta dos dados acima, foram tabulados, analisados e organizados em formato de quadros representativos e explicativos da situação socieconômica e da produção local.

A coleta de dados em formato de entrevista foi realizada no mês de julho do ano de 2022, em dezembro de 2022 e por fim em janeiro/fevereiro de 2023, com a aplicação de questionário socioeconomico semiestruturado conforme proposto por Magalhães et. al. (2018) e direcionado as famílias e moradores dos assentamentos em estudo.

Toda a coleta foi realizada com pessoas maiores de 18 anos. As visitações e o diálogo com os moradores permitiram compreender melhor a rotina e a importância

da coleta de narrativas que representam a realidade, expectativas e satisfação quanto à terra.

Após realizadas as entevistas, juntou-se todas as informações e principalmente as narrativas e organizou-se em quadros de acordo a cada respectivo assentamento e realizada tais analises utilizando planilha eletrônica (Excel) para a apresentação dos dados e em seguida a criação de gráficos. O mapa foi elabaorado via programa Qgis com a fonte principal do IBGE cidades, as fotos foram resgitradas em análise de campo como descrita anteriormente.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Abordagem teórica geral: Da reforma agrária redistributiva à reforma agrária de mercado (RAM).

De acordo com a Lei nº 4504/64, a qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, a Reforma Agrária é definida como [...] “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. (BRASIL, 1964a). A Reforma Agrária, para ser executada, necessita de uma Política Agrícola. O Estatuto da Terra, criado por meio da Lei nº 4.504/64, define que a Política Agrícola precisa se basear no conjunto de providências de amparo à propriedade da terra.

Desde o início da colonização, existe no Brasil uma grande assimetria nos processos de domínio da terra. Tal situação está presente desde a formação do Estado nacional brasileiro, por meio de suas leis e constituições (GORENDER, 1987; PRADO JR, 1979).

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. Depois de receber a terra, os assentados percebem rapidamente que, sem recursos ou maior assistência, terão dificuldades para sobreviver.

A agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais, embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados (BERGAMASCO; NORDER,1996).

Abramovay (1997), enfatiza a importância da adoção de políticas públicas descentralizadas, principalmente no que se refere à gestão dos recursos, no entanto, considera que a descentralização de tais políticas não depende apenas da disposição do governo em adotá-la, mas, também, da capacidade de mobilização das instituições representativas dos agricultores familiares.

A dominação social, política e econômica da grande propriedade sobre as unidades agrícolas de menor porte sempre foi predominante, em especial sobre

aquelas alicerçadas na mão de obra familiar (PAULILO, 1998).

Em geral, o acesso a políticas públicas é bastante desigual no Brasil, sendo dificultado em áreas rurais, principalmente nas regiões mais carentes do País. Como exemplo destas disparidades, entre população rural e urbana, é o fato de que as políticas públicas e os direitostrabalhistas chegaram tardiamente ao contingente de trabalhadores rurais e em relação às mulheres rurais, sendo que esse processo de inclusão/reconhecimento da condição de trabalhadoras aconteceu ainda mais tarde (BRUMER, 2002).

Cunha (2007, p. 167) destaca que o objetivo da nova política é “promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais”.

Nas últimas décadas, como uma maneira de minimizar distorções históricas e atender os anseios de movimentos socioterritoriais e grupos organizados que desejam entrar na terra, o governo federal criou duas políticas de assentamentos rurais: a Redistributiva do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a Reforma Agrária de Mercado (RAM), o PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário). Nesse último, o PNCF, Programa Nacional de Crédito Fundiário foi consolidado em 2003 como uma política pública de acesso à terra.

A política RAM surgiu, na década de 90, como revisão e readequação à reforma agrária convencional, em curso, tendo o Banco Mundial como principal financiador, e respaldada no discurso institucional de correção das imperfeições e ineficiências do “modelo em construção” de reforma agrária existente, (através da desapropriação de latifúndios improdutivos, para distribuição aos agricultores/as familiares sem terras) e, com essa política, combater as assimetrias regionais e sociais, a elevada concentração fundiária e os constantes conflitos no campo (OLIVEIRA, 2005).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF), inserido nesse debate, foi criado no perídodo de (2003-2006), com a fusão do Programa de Crédito Fundiário - Combate à Pobreza Rural (PCF-CP) e do Banco da Terra.

De acordo com Sauer (2010), as lutas dos movimentos sociais em prol da reforma agrária não fazem parte dos resquícios do passado, mas são lutas correntes pela constituição da cidadania no meio rural.

Na intenção também de diminuir os conflitos fundiários e os fluxos migratórios campo-cidade, foram repensadas as intervenções governamentais respectivas das políticas de acesso àterra, incluindo ações de desapropriação de áreas improdutivas para a criação de assentamentosrurais e incentivos destinados à compra e venda de terras para os trabalhadores rurais, como éo caso do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) (SAUER, 2010).

3.2 O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil - PNCF

A Lei Complementar nº 93/98 de 04 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), regulamentada pelo Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999, criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (chamado de Banco da Terra), objetivando o financiamento de programas dereordenação fundiária e assentamento rural. Por meio do Decreto nº 4.892, de 25 de novembrode 2003 (BRASIL, 2003), interrompe-se a contratação de financiamentos via Banco da Terra, criando-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF).

Com a implantação de um assentamento rural não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra. Segundo Ferreira (1994, p.43) “a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva”.

As condições de infraestrutura nos assentamentos e seu reflexo sobre a população assentada e a produção realizada têm implicações diretas no que comumente é chamado de “sucesso/insucesso” dos programas de reforma agrária (LEITE, 1994, p. 289).

Para Lewin (2005), a terra e suas formas de dominação social, historicamente, têm sido responsáveis pelas desigualdades sociais e políticas que caracterizam a sociedade brasileira.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), objetivo central do Programa Nacional Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF) é contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, pois, com a aquisição das terras, os agricultores poderiam

produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, aumentandoefetivamente a renda familiar.

> Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e ExtensãoRural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma. O Programa prevê, ainda, ações de incentivo à participação de jovens e mulheres em todas as etapas do processo de acesso à terra, além da execução de projetos especiais voltados para a preservação domeio ambiente (MAPA, 2019).

A base de atuação do Programa Nacional Crédito Fundiário Terra Brasil - (PNCF) se volta para áreas que não poderiam ser contempladas pelo processo tradicional de reforma agrária (propriedades inferiores a 15 módulos fiscais ou produtivas). Os beneficiários do Terra Brasil - Programa Nacional CréditoFundiário (PNCF) são classificados como integrantes da reforma agrária, e, portanto, recebem também prioridade nos demais programas de acesso às políticas de financiamento/apoio à reforma agrária e à agricultura familiar (MAPA, 2019).

O Programa Nacional Crédito Fundiário Terra Brasil - (PNCF) divide-se em dois tipos de financiamento adequados a cada público: i) Combate a Pobreza Rural (CPR), que visa beneficiar a população mais pobre desse meio; e ii) Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que beneficia agricultores sem-terra ou com pouca terra.

O Crédito Fundiário está atualmente dividido em três linhas de financiamento, a seguir:

- PNCF Social: com execução na Região Norte e nos municípios integrantes da Sudene, para o público inscrito no CadÚnico;
- PNCF Mais: com execução em todas as regiões, com exceção dos municípios que integram a área de abrangência da Sudene.
- PNCF Empreendedor: com abrangência em todas as regiões e regras definidas junto aos Agentes Financeiros que optem por operacionalizar esta linha.

Quadro 1 – Quadro geral PNCF Terra Brasil – Linhas de Crédito 2023.

QUADRO GERAL PNCF 2023							
Linhas de Crédito	**Abrangência**	**Renda Anual***	**Patrimônio**	**Teto***	**Juros**	**Bônus**	**Pagamento**
PNCF Social	Região Norte e área da Sudene	Até R$ 26.340,11	Até R$ 40 mil	R$ 184.380,77	0,5% a.a.	40%	25 Anos com 36 meses de carência
PNCF Mais	Demais Regiões, exceto Sudene	Até R$ 52.680,23	Até R$ 80 mil		2,5% a.a.	20%	
PNCF Empreendedor**	Todo Brasil	Até R$ 284.473,17	Até R$ 500 mil		4,0% a.a.	-	
*A Renda Anual e o Teto de financiamento são atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)							
** Linha com risco bancário, cuja regulamentação será definida pelo agente financeiro que aderir sua operacionalização.							

** Fonte: IBGE – IPCA Acumulado de 12 meses (Dez/2022) – 5,79%.

As linhas de financiamento são compostas por três componentes básicos:
Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT: financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento;
Subprojetos de Investimentos Básicos - SIB: projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Cabe destacar ainda que uma vez obtida a terra por meio do Crédito Fundiário, Programa Nacional de Crédito Fundiário oferece várias linhas de financiamentos para o assentado. Sob o discurso de Combate a Pobreza Rural (CPR) é liberada a linha de crédito que atende primeiro a associação e as famílias; segundo aos menores de vinte nove anos filhos de agricultores.

Para cada uma dessas modalidades há um valor para o financiamento liberado. Para família e individual (CPR) a renda não pode ultrapassar nove mil reais ano e patrimônio até quinze mil reais, para “Nossa Primeira Terra” (NPT) e a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) que é para agricultores até vinte nove anos, a renda familiar é até quinze mil e o patrimônio de no máximo trinta mil reais. (FILHO, 2013).

Essa definição nos ajuda a compreender como se materializa as relações capitalistas e não capitalistas presentes no campo. Dessa forma coexistem diferentes formas não capitalista de produção no interior do capitalismo. Na análise de Gomes et al (2015, p. 371), o programa “tornou-se a mais importante das políticas de crédito

fundiário criadas no país”.

Amaral et. al (2019), fizeram uma breve abordagem de conhecimento sobre a concessão de Crédito no Brasil e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Trouxeram um breve histórico sobre a criação do Banco da Terra em 1998, um programa de crédito para compra de terras.

4. AS COMUNIDADES RURAIS

4.1 Caracterização da área de estudo

No estado de Mato Grosso do Sul, segundo o Censo Agropecuário 2017, a grande maioria das propriedades rurais (49.245), possui área de até 10 hectares, representando 69,2% do total de estabelecimentos, enquanto as propriedades com mais de 1.000 hectares (6.843) representam 9,6% dos estabelecimentos. Mesmo sendo a grande maioria os pequenos estabelecimentos ocupam apenas 3,1% das terras do estado, bem abaixo da média nacional (20,5%), enquanto que as grandes propriedades com mais de 1.000 hectares ocupam 77,3% de todo o estado, demonstrando a alta concentração fundiária (IBGE, 2017).

O município de Jardim localiza-se no sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul nas coordenadas de latitude Sul 21° 28” 49’ e longitude Oeste 56° 08” 49’. Limita-se a norte com os municípios de Bonito e Guia Lopes da Laguna; ao sul pelos municípios de Bela Vista e Caracol; a Leste Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna e a oeste o município de Porto Murtinho.

De acordo com o último Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), Jardim tem uma população estimada [2021] de 26.375 habitantes apresenta uma densidade demográfica de 11,06 hab./km².

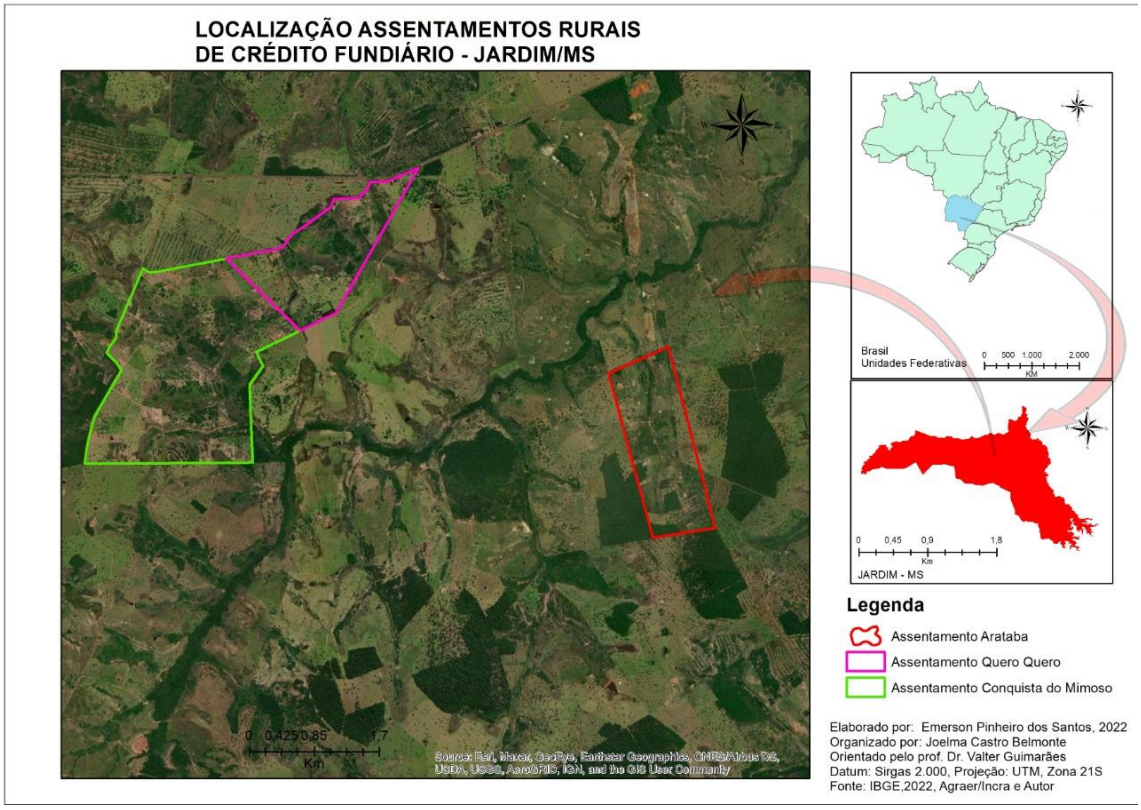
O município está inserido na região da Serra da Bodoquena, constituída por belezas naturais, exploradas através do turismo sustentável e ecoturismo. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena é uma unidade de conservação federal de proteção integra, possui 76.481 hectares e 7% da área total que corresponde a 5.350 hectares e está dentro dos limites do município de Jardim (JARDIM, 2012).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região durante um ano, onde em 2020 o município de Jardim atingiu R$ 27.277,12.

Os dados censitários mais recentes (2010) apontam que a população economicamente ativa do município de Jardim era de 11.821 pessoas, correspondente a 58% da população, sendo que a média do estado de MS é de 61%. O setor que mais gera valor no município é o de comércio e serviços, que vem mantendo a sua participação nos últimos anos.

Os assentamentos pesquisados localizam-se próximos à rodovia BR-267 trecho Jardim/Porto Murtinho e possuem lotes individuais de 11, 7 e 5 hectares. (Figura 01).

Figura 01 – Assentamentos Rurais de Crédito Fundiário no Município de Jardim/MS.



Fonte: IBGE, 2022. Elaborado por Santos, 2023.

4.2 Especificidades das comunidades rurais do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil - PNCF em Jardim/MS

O Assentamento Quero-Quero criado em 2008, com uma área total de 200 hectares distribuídos em 18 lotes de 8,7 hectares cada lote.

O Assentamento Arataba criado em 2012, totalizando 197 hectares distribuídos em 26 lotes de 7,5 hectares cada lote.

O Assentamento Conquista do Mimoso criado em 2015, com uma área total de 499,96 hectares distribuídos em 82 lotes de 6,9 hectares cada lote. A fazenda Marca Dez foi adquirida pelas associações Conquista do Mimoso, Boa Vista e União Jardim pelo valor de R$ 4,5 milhões.

Em todos os assentamentos citados acima as famílias não receberam nenhum aporte financeiro para construírem suas próprias moradias e pagaram pela construção

do sistema de abastecimento de água.

4.2.1 A comunidade rural Quero-Quero

Através do trabalho de campo realizado com os assentados supracitados, coletamos narrativas concomitantes que, com certa instância, constituem a história de uma grande área de conflito: a fazenda Jangada.

Trata-se de um latifúndio, pertencente à Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, movimento religioso/empresarial liderado pelo falecido sul-coreano Sun Myung Moon (conhecido popularmente por reverendo Moon).

Com a chegada de Moon à região, no final dos anos de 1990, cerca de 50 mil hectares de terras foram adquiridas em um curto espaço de tempo. Cerca de 100 famílias, já em 1999, estabeleceram acampamentos do lado de fora das propriedades de Moon ao longo da rodovia Vital Brasil, que liga o município de Jardim ao de Porto Murtinho.

A partir de tais mobilizações começam diversas tentativas de desapropriação encabeçadas pelo INCRA. Todovia os conflitos judiciais se prolongaram na década de 2000 entre o governo brasileiro e os advogados dos proprietários. No dia 27 de julho de 2007, a fim de pressionar o governo, cerca de 300 famílias ocuparam a fazenda Jamaica. No dia 10 de agosto as 300 famílias se retiram da propriedade, frustradas pela reintegração de posse.

Após as reuniões juntos aos movimentos socioterritoriais com os interessados no Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF), entre 2007 e 2008, uma propriedade um pouco mais a leste da fazenda Jangada, com 200 hectares, foi negociada, dando origem ao que hoje é o assentamento Quero-Quero (BEM, 2018).

E assim surgiu o assentamento Quero-Quero, no ano de 2009 através do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil (PNCF), localizado cerca de 12 quilômetros da zona urbana da cidade de Jardim. Onde a sua história é acometida por meio de um longo processo de luta pela terra que envolveu a mobilização de movimentos sociais da região.

O assentamento Quero-Quero está localizado próximo à BR-267 ao norte, ao sul está a Fazenda Mimosinho, ao leste a Fazenda São José e a oeste a Fazenda Quero-Quero, saída para Porto Murtinho, distante 12 km da cidade de Jardim-MS. Sua área total é de 200 000/ha dos quais 20% é de reserva legal exigido por lei não permitindo o corte raso, 8,79/ha de lote familiar e 1,72/ha de área de arruamento

No entanto, entende-se, que o processo de Reforma Agrária por meio do PNCF, mesmo que seja um processo burocrático e demorado, é eficiente em termos de aquisição da terra, ou seja, a liberação do recurso financeiro para a compra da terra, mas que em se tratando da implantação de infraestrutura, assistência técnica e inserção da produção no mercado local, não existe comprometimento dos órgãos municipais e estaduais.

4.2.2 A comunidade rural Arataba

O Assentamento Arataba, constituído inicialmente por um grupo de camponeses sem terras acampados a margem da rodovia 267 de acesso a Jardim a Porto Murtinho (parte deles ainda relacionados a mesma historicização do assentamento Quero-Quero). Um dos membros acampados não concordando com os procedimentos e condutas da comissão de liderança formou um novo grupo com o nome Arataba. E este tinha o objetivo de adquirir a Fazenda Arataba que estaria à venda.

Assim com auxilío do governo do estado e da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), em 2012 a associação conseguiu recursos para o pagamento da propriedade, contemplando a região por meio do modelo de Reforma agrária de Mercado. A liberação do benefício possibilitou alojar 26 famílias, as quais estavam acampadas às margens da rodovia.

No assentamento Arataba pode-se constatar que o sistema de reforma agrária via PNCF, foi satisfatório apenas no sentido da aquisição da terra, onde os assentados estão satisfeitos por terem adquirido a propriedade, mas que por outro lado, estão insatisfeitos no que diz respeito aos processo de estruturação da propriedade, assistência técnica, entre outros serviços para a efetivação da produtividade, ou seja, a partir da aquisição do lote os camponeses se encontram abandonados pelos órgãos Estaduais.

4.2.3 A comunidade rural Conquista do Mimoso

O Assentamento ‘Conquista do Mimoso’, antes conhecido como Fazenda Marca Dez, foi formado em tempo recorde. Da formulação do projeto até a entrega da documentação foram pouco mais de um ano. Mesmo com toda agilidade, as famílias ali assentadas têm histórias de mais de uma década de espera. (Fonte: AGRAER, 2015).

Organizados em três associações (Conquista do Mimoso, Boa Vista e União Jardim), as famílias que adquiriram a área de 499,96 hectares, com recursos do Crédito Fundiário, pelo valor de R$ 4,5 milhões, através do Projeto Combate à Pobreza (CPR), receberam as escrituras públicas dos lotes individuais com 6,09 hectares – (*incluindo área de reserva legal e áreas de prevenção permanente*).

Segundo Pereira (2004, p.87), o Modelo de Reforma Agrária de Mercado tem por objetivo, promover a redistribuição de terra a baixo custo, de modo a melhorar a eficiência econômica, favorecer a equidade social e combater a exclusão. Este novo mecanismo possibilitou alavancar um mercado de compra e venda de acesso a terra mais acessível aos agricultores familiares, por meio da compra no mercado privado de terras e sua redistribuição passou a ocorrer através de uma seleção dos beneficiários que são compativeis as regras estabelecidas pelo programa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se ainda conforme Pereira (2006), para os teóricos do Banco Mundial, a RAM é um programa de reforma agrária mais eficiente que o sistema de reforma agrária conduzida pela via da desapropriação, sob a alegação dos seguintes fatores: menor custo, pelo fato de que a terra ser adquirida entre compradores e vendedores voluntários sem disputas judiciais, viabilizando o acesso a terra por meio de transações de mercado entre agentes privados e financeiros, que são ressarcidos pelo empréstimo concedido.

Por meio da pesquisa de campo nas três comunidades rurais Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, no município de Jardim/MS foi constatado a existência de uma realidade já apresentada por vários autores citados neste trabalho.

Quadro 2 - Comunidade Quero Quero, produção e expectativa de renda, por lote.

Lote	Produção	Produção de subsitência	Produção para comércio	Renda (em R$)
1.	Mandioca, Abóbora, Galinha, Ovos, Suínos.	Toda a produção	Suínos, Ovos.	Salário mínimo (Benefício da esposa), diárias em fazendas e renda de 740,00
2.	Capiaçu, Mandioca, Psicultura, Gado, Leite, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Ovos, Mandioca, Capiaçu.	Aposentadoria, renda (produção) 850,00
3.	Bovinocultura de leite, Mandioca, Derivados do leite (doce, queijo), Capiaçu	Toda a produção	Derivados do leite.	Renda (produção)1200,00. Salário aposentadoria.
4.	Abóbora, mandioca, Quiabo, Maxixe, Ovos, Galinha.	Toda a produção	Toda a produção	Comercialização na feira – Renda (650,00), aposentadoria.

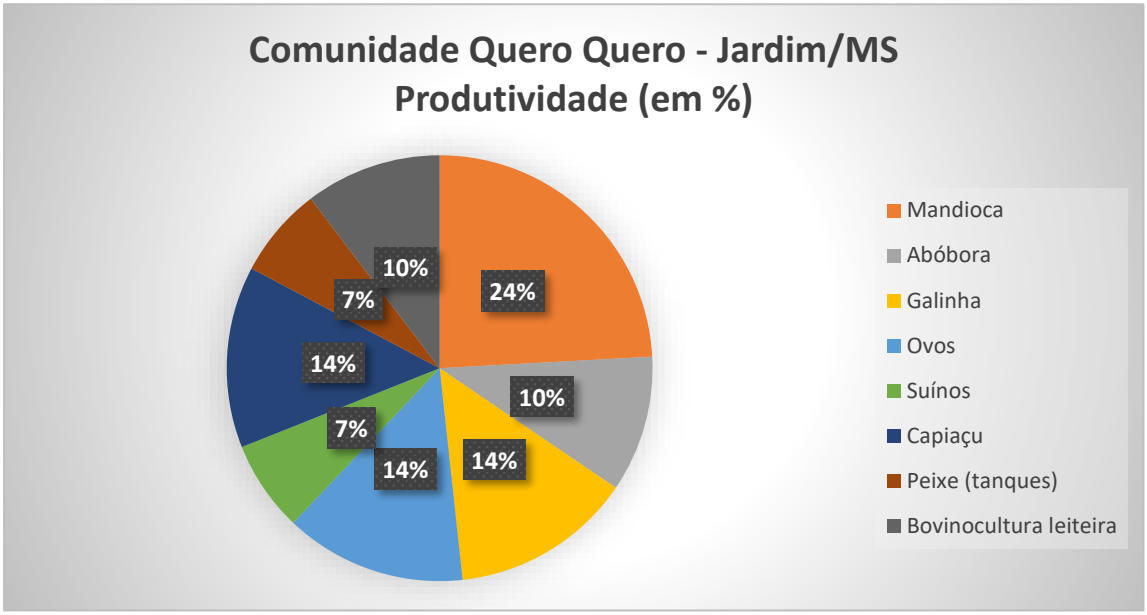
5.	Bovinocultura de corte, Psicultura, Capiaçu, Mandioca, Milho.	Toda a produção [1]	Toda a produção	Renda (produção) 2.200,00
6.	Bovinocultura leiteira, Capiaçu, Mandioca.	Toda a produção	Derivados do leite, mandioca.	Renda(produção) 1.500,00
7.	Suínos, Mandioca, Galinhas, Ovos, Abobóra.	Toda a produção	Mandioca, Ovos, Suínos.	Renda(produção) 1.200,00

Fonte: Dados da renda, com informações de coletas a campo.

Com o olhar de análise socioecônomica da comunidade rural Quero Quero relacionando ao quadro 2 para entender a dinâmica de como foi a implementação assentamento de acordo com as atividades nele exercidas compreende-se que, para o destaque inicial é a cultura da lavoura com a plantação de maxixe, quiabo, mandioca, bovinocultura tanto leiteira como de corte, conforme citado pelos entrevistados.

[1]Capiaçu A BRS Capiaçu é uma cultivar de capim-elefante (*Cenchrus purpureus*) de propagação vegetativa para uso sob corte. Sua principal aplicação é ser utilizada para produção de silagem e/ou picado verde a ser fornecido no cocho para animais em sistemas de produção de leite e carne bovina. Devido ao seu elevado potencial de produção (50t MS/ha/ano), também pode ser utilizada para a produção de biomassa energética. Tem porte alto, se destacando pela produtividade e pelo valor nutritivo da forragem quando comparada com outras cultivares de capim-elefante. A BRS Capiaçu apresenta maior produção de matéria seca a um menor custo em relação ao milho e a cana-de-açúcar. A silagem deste capim constitui uma alternativa mais barata para suplementação do pasto no período da seca. Sua propagação ocorre por meio de colmos e apresenta gemas com elevado poder de brotação. Caracteriza-se por apresentar touceiras densas e colmos eretos, o que facilita a colheita mecânica; folhas longas, largas e de cor verde. A cultivar possui boa tolerância ao estresse hídrico, mas é susceptível às cigarrinhas das pastagens. Entretanto, quando a capineira é bem manejada, apresenta boa tolerância ao ataque da praga. A BRS Capiaçu foi registrada no RNC (Registro Nacional de Cultivares) em 08/01/2015, sob o nº 33503, e protegida no SNPC (Serviço Nacional de Proteção de Cultivares) em 23/01/2015, certificado nº 20150124. VANDER PEREIRA, (2016)

Gráfico 1: Comunidade Quero Quero, município de Jardim/MS. Produtividade (em %).



Fonte: Dados coletado a campo. (jan. 2023)

Em se tratando da produção, conforme verifica-se no gráfico 1, a comunidade Quero Quero, o destaque é para a mandioca (24%), que ocorre com maior frequência nos lotes visitados, em seguida a de galinhas/ovos (14%). Na sequência, quando se trata da criação de animais de pequeno, médio e grande porte, a mesma está concentrada na bovinocultura leiteira (10%) e, consequentemente na produção de derivados do leite. Os entrevistados relataram que todo o excedente que eles levam para a cidade é comercializado, inclusive na feira que acontece aos sábados na praça central da cidade de Jardim.

Ao analisar a realidade socioecônomica da comunidade rural Quero Quero, foi possível compreender a dinâmica de implementação do assentamento, as atividades nele exercidas com destaque para o cultivo de mandioca, bovinocultura tanto leiteira como de corte, conforme citado pelos entrevistados.

Figura 2 - Área coletiva – Associação de moradores Comunidade Quero Quero município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jul. 2022).

Na figura 2, apresenta-se a sede de reuniões da associação de moradores, onde acontece os eventos da comunidade.

Nas figuras, 3, 4 e 5, tem-se as produções que estão descritas nos quadros acima já citados, plantações de mandioca, abobora, criação de bovinocultura tanto leiteira quanto de corte, tanque de piscicultura, plantação de capiaçu o principal alimentos para o gado, tendo em vista do pequeno porte das propriedades.

Figura 3 – Comunidade Quero Quero, município de Jardim/MS. Bovinocultura e plantação de mandioca.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jul. 2022).

Figura 4 – Comunidade Quero Quero, município de Jardim/MS. Tanque de Psicultura e Bovinocultura leiteira.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jul. 2022).

Figura 5 – Comunidade Quero Quero, município de Jardim/MS. Tanque de Piscicultura.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jul.2022).

Quadro 3: Comunidade Arataba, município de Jardim/MS, produção e expectativa de renda, por lote.

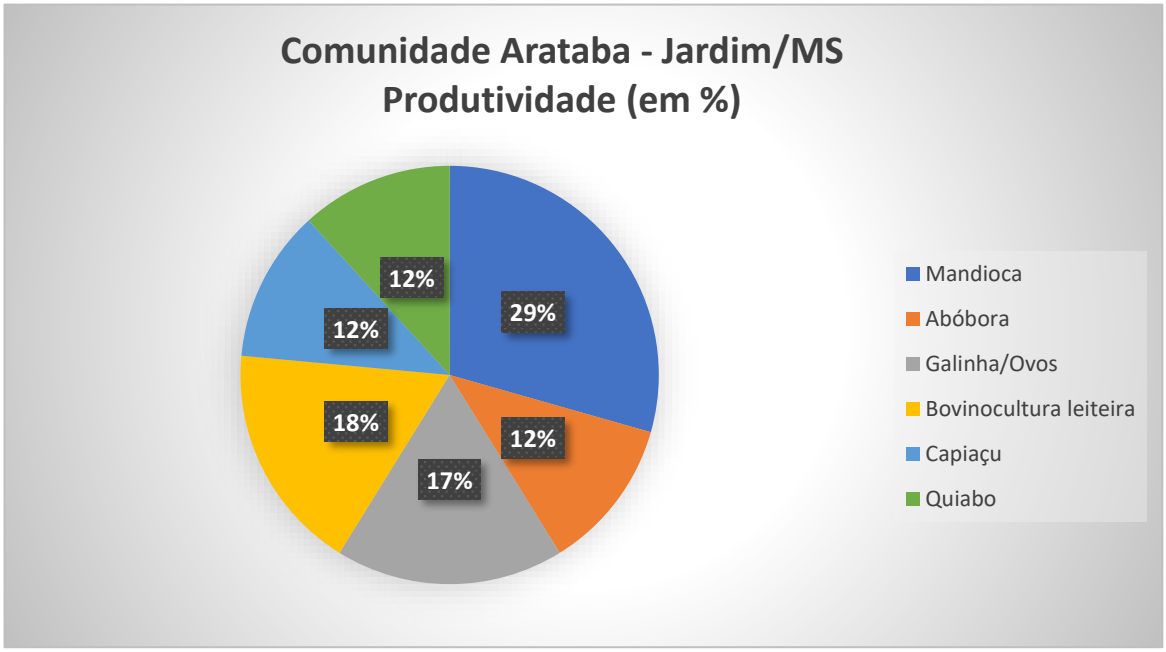
Lote	Produção	Produção de subsitência	Produção para comércio	Renda (em R$)
1.	Mandioca, Abóbora, Galinha, Ovos, Suínos.	Toda a produção	Suínos, Ovos.	Salário mínimo (Benefício da esposa), diárias em fazendas e renda de 940,00
2.	Cana, Mandioca, Maxixe, Quiabo, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Ovos, Mandioca, Maxixe, Quiabo.	Aposentadoria, renda (produção) 750,00
3.	Gado, Leite, Mandioca, Derivados do leite (doce,	Toda a produção	Gado, Derivados do leite (doce, leite, queijo).	Renda (produção)1200,00. Salário aposentadoria.

	queijo), Capiaçu.			
4.	Mandioca, Quiabo, Abobora, Milho, Bovinocultura leiteira, Hortaliças.	Toda a produção	Toda produção	Renda(produção) 900,00 e salário de aposentadoria.
5.	Capiaçu, Mandioca, Gado, Leite, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Toda produção	Renda (produção) 980,00

Fonte: Dados da renda, com informações de coletas a campo.

Já a análise do quadro 3, o destaque para a produção é lavoura envolve o cultivo do milho, mandioca, abóbora, maxixe, quiabo, capiaçu, suínos, galinha, bovinocultura de leite e de corte. Relatou-se o “apoio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no início”, também que “a terra foi ficando fraca para plantar”, por esta razão houve uma mudança, atualmente a atividade que se destaca neste setor é a criação de gado de corte seguido da lavoura com produção de mandioca, capiaçu tanto para a alimentação do gado quanto para a comercialização na própria comunidade, e de hortaliças.

Gráfico 2: Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Produtividade (em %).



Fonte: Dados da coleta de campo. (jan. 2023)

No tocante à produção da Comunidade Arataba, conforme demonstrado no gráfico 2, verifica-se que o destaque também é para a mandioca (29%), seguida pela bovinocultura leiteira (18%), e na sequência galinha/ovos (17%).

Analisando o perfil desses agricultores familiares verificou-se que os mesmos já possuem acesso a financiamentos como o PRONAF para investimento na produção e aumento da produtividade. A produção de alguns desses assentados é comercializada na feira central de Jardim, que acontece todos os sábados. Outros que se encontram aptos ao programa PNAE, fornecem parte da produção para a merenda escolar do munícipio.

Verifica-se que as produções, conforme apresentadas no gráfico 2, plantações de mandioca, abobora, criação de bovinocultura tanto leiteira quanto de corte, tanque de piscicultura, plantação de capiaçu, principal alimento para o gado, possibilitam a geração de renda das famílias entrevistadas na comunidade Arataba.

Conforme a figura 6, onde demostra o espaço coletivo da associação de moradores do assentamento Arataba, onde acontece as reuniões.

Figura 6 – Associação de moradores Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Área coletiva.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Nas figuras, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, tem-se as produções que estão descritas nos quadros acima já citados, plantações de mandioca, milho, abobora, criação de bovinocultura tanto leiteira quanto de corte, plantação de capiaçu o principal alimentos para o gado, tendo em vista do pequeno porte das propriedades do assentamento Arataba.

Figura 7 – Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Plantio de capiaçu.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Figura 8 – Plantação de capiaçu e milho verde. Comunidade Arataba, município de Jardim/MS

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Figura 9 – Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Plantação de abóbora.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Figura 10 – Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Plantação de capiaçu.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Figura 11 – Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Plantação de mandioca.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (out. 2022).

Figura 12 – Comunidade Arataba, município de Jardim/MS. Plantação de milho verde.

Fonte: Pesquisa de campo. (out.2022).

Quadro 4 - Comunidade Conquista do Mimoso, Jardim/MS produção e expectativa de renda, por lote.

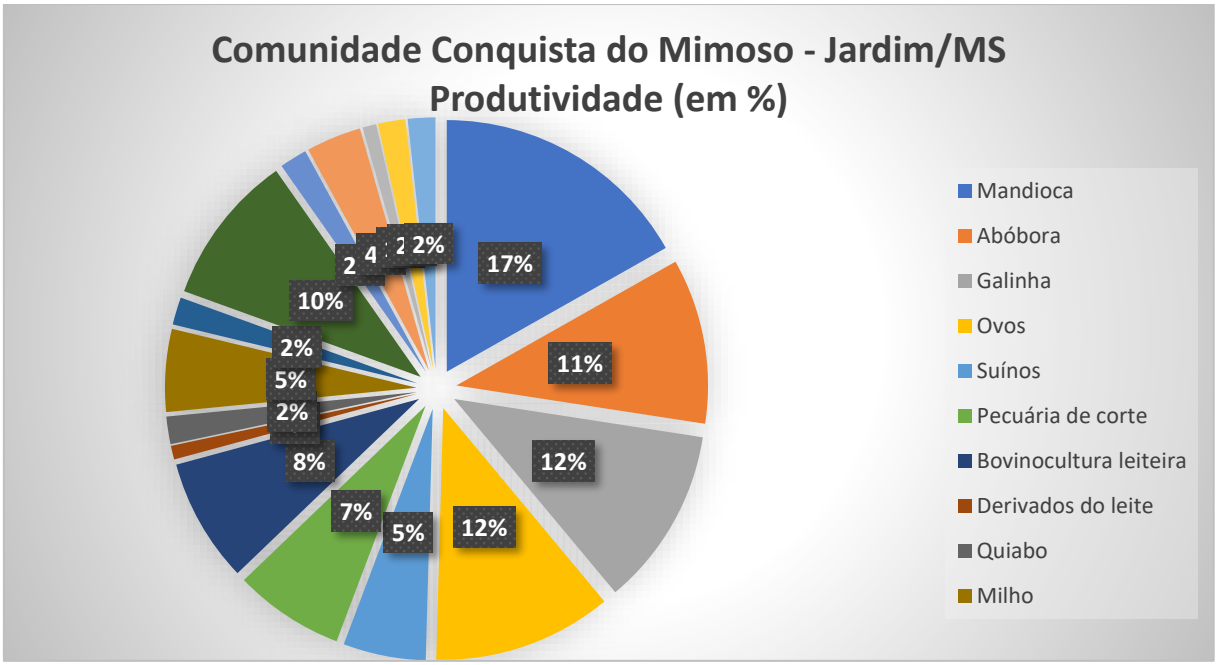
Lote	Produção	Produção de subsitência	Produção para comércio	Renda (em R$)
1.	Mandioca, Abóbora, Galinha, Ovos, Suínos.	Toda a produção	Suínos, Ovos.	Diárias em fazendas (renda informal) e renda de 800,00
2.	Capiaçu, Mandioca, Pecuária de corte, Leite, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Mandioca, Ovos, Leite.	Assalariado, e renda (produção) 950,00
3.	Pecuária leiteira, Leite, Mandioca, Derivados do leite (doce, queijo), Capiaçu.	Toda a produção	Mandioca, Derivados do leite.	Aposentadoria, e renda (produção) 900,00.
4.	Banana, Pitaya, Maracujá, Bovinocultura de corte.	Toda a produção	Derivados do leite	Renda(produção) 950,00, Autônomo.
5.	Bovinocultura de leite, Mandioca, Abobora.	Toda a produção	Derivados do leite, Mandioca.	Renda(produção) 1.200,00, Aposentadoria
6.	Mandioca, Quiabo, Abobora, Milho, Hortaliças.	Toda a produção	Toda a produção.	Renda(produção) 860,00, Autônomo.
7.	Maracujá, Hortaliças, Milho, Mandioca, Abobora.	Toda a produção	Toda a produção	Renda(produção) 980,00, Autônomo.
8.	Mandioca, Abobora, Banana, Milho,	Toda a produção	Toda a produção	Diarista, Renda(produção) 900,00.

	Galinha, Ovos.			
9.	Abobora, Milho, Mandioca, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Toda a produção	Autônomo, Renda(produção) 850,00.
10.	Capiaçu, Mandioca, Pecuária de corte, Leite, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Derivados do leite, Ovos, Pecuária de corte.	Renda(produção) 1.550,00 e Assalariado urbano.
11.	Suínos, Mandioca, Abobora, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Toda a produção.	Renda(produção) 950,00, Aposentado.
12.	Capiaçu, Mandioca, Pecuária de corte.	Toda a produção	Pecuária de corte, Mandioca.	Renda (produção) 1850,00. Diarista em fazenda.
13.	Capiaçu, Pecuária de corte.	Toda a produção	Pecuária de corte.	Renda (produção) 1550,00, Autônomo.
14.	Abobora, Mandioca, Milho, Hortaliças.	Toda a produção	Toda a produção	Renda(produção) 1.000,00, Aposentadoria.
15.	Capiaçu, Mandioca, Bovinocultura de leite, Suínos, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Derivados do leite, Ovos, Suínos.	Assalariado urbano, Renda(produção) 1250,00.
16.	Capiaçu, Bovinocultura de leite, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Derivados do leite.	Renda(produção) 1.100,00, Assalariado urbano.
17.	Mandioca, Abobora, Mamão, Cana,	Toda a produção	Mandioca, Derivados do leite.	Renda(produção) 990,00, Aposentadoria

	Bovinocultura leiteira.			
18.	Bovinocultura de corte, Cana, Capiaçu, Mandioca.	Toda a produção	Mandioca, Bovinocultura de corte.	Renda(produção) 1.100,00.
19.	Bovinocultura leiteira, Suínos, Galinha, Ovos, Capiaçu.	Toda a produção	Ovos, Derivados do leite.	Renda(produção) 1.250,00.
20.	Galinha, Ovos, Suínos, Hortaliças, Abobora, Milho.	Toda a produção	Toda a produção.	Renda(produção) 1.320,00.
21.	Bovinocultura de corte, Capiaçu.	Toda a produção Toda a produção	Bovinocultura de corte.	Renda(produção) 980,00, Assalariado urbano.
22.	Mandioca, Maxixe, Quiabo, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Toda a produção	Renda(produção) 1.100,00
23.	Bovinocultura de leite, Capiaçu, Mandioca.	Toda a produção	Derivados do leite, Mandioca	Renda(produção) 1.500,00 , Autônomo
24.	Suínos, Galinhas, Ovos, Abobora, Mandioca.	Toda a produção	Toda a produção	Renda(produção) 980,00, Aposentadoria.
25.	Mandioca, Milho, Mamão, Abobora.	Toda a produção	Toda a produção	Renda(produção) 880,00.
26.	Capiaçu, Mandioca, Bovinocultura de corte, Galinha, Ovos.	Toda a produção	Mandioca, Ovos, Bovinocultura de corte.	Renda(produção) 1850,00, Assalariado urbano.

Fonte: Dados da renda, com informações de coletas a campo.

Gráfico 3: Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS. Produtividade (em %)



Fonte: Dados da coleta de campo. (jan. 2023)

Como podemos verificar no gráfico 3, onde o mesmo demonstra a porcentagem da produtividade gerada na comunidade Conquista do Mimoso que em sua maior quantidade é a mandioca (17%), em seguida a produção de galinhas e ovos (12%), a bovinocultura leiteira (8%) também mostra-se com dados significativos, com essas informações relatam as características específicas desta comunidade, onde a maioria dos seus moradores não são apenas titulares e sim compradores de terceiros, onde percebe-se o investimentos no lote não se baseia apenas na produção interna e sim com a renda extra (na cidade).

Figura 13 - Placa indicando a entrada principal do Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (mar. 2021)

Figura 14 – Comunidade Conquita do Mimoso, município de Jardim/MS. Plantação de Mandioca.

Fonte: A autora.Pesquisa de campo. (jan. 2023).

Figura 15 - Comunidade Consquista do Mimoso, município de Jardim/MS. Cultivo de abobóra.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jan. 2023).

Figura 16 – Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS. Plantação de mandioca.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jan.2023).

Figura 17 - Mandioca com casca para comercialização. Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (fev. 2023)

Figura 18 - Mandioca descascada, pronta para a comercialização. Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (fev. 2023).

Figura 19 - Galineaceos produção da Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (fev. 2023).

Figura 20 - Suinocultura, produção para comercialização. Comunidade Conquista do Mimoso, município de Jardim/MS.

Fonte: A autora. Pesquisa de campo. (jan. 2023).

Nas imagens 13 a 20, tem-se as produções que estão descritas no quadro 4, as plantações de mandioca, a mandioca já descascada e pronta para a comercialização, abóbora, criação de bovinocultura tanto leiteira quanto de corte, plantação de capiaçu o principal alimento para o gado, tendo em vista do pequeno porte das propriedades do assentamento Conquista do Mimoso.

No entanto, essa pesquisa teve como diagnóstico conclusivo a investigação de fatores que contribuiu para entender como é constituída a estrutura socieconômica, identificou os fatores que comprometem o êxito do programa; Como o acesso a terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil tem promovido melhorias da produção, da geração de renda e, consequentemente das condições de vida das famílias benificiárias.

Porém, os movimentos sociais, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reagiram contrariamente ao programa, por dois motivos principais: o governo instituiu o programa sem a participação dos trabalhadores rurais, e se contrapunha à desapropriação dos latifúndios e terras

improdutivas, o que enfraqueceria o movimento sindical.

Ainda assim, o Banco da Terra ficou em vigor até 2003, quando sob a constante pressão dos movimentos sociais, foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário – programa complementar à Reforma Agrária e que realmente atenderia a demanda dos trabalhadores rurais. Em seu estudo, concluíram ainda que o PNCF tem fundamental importância para tirar as pessoas da pobreza absoluta no meio rural, ao proporcionar crédito fundiário para aquisição de terra e capital produtivo.

A compra da terra acontece coletivamente e para isto acontecer é necessária à formação de uma associação. Esta organização que tornou possível às famílias tomarem o financiamento para constituir o assentamento.

Percebe-se que quando se trata da questão de participação e continuidade do associativismo, ainda permanece um desafio grande para a continuidade das organizações formais, seja por seus objetivos de exclusividade econômica – a organização apenas em função do aumento da escala, acesso a insumos e maquinário – ou pela falta de transparência e por conflito de objetivos entre a direção e base dessas organizações no formato de associação.

Outra avaliação em relação as caracteríticas da organização social das famílias assentadas no modo do associativismo, que tem o seu impacto negativo, na qual não existe uma relação de cooperação entre os indivíduos e famílias que não participam na organização, apenas o presidente da associação que busca recursos para o assentamento. Segundo o presidente, as pessoas se envolvem no processo como parte de interesse que beneficia-se a si mesmo, o que dificulta é a falta de cooperação das pessoas que poderiam ajudar a fortalecer a organização do associativismo.

É percebível essa falta de interesse por conta da individualidade de cada proprietário, que se vê como através do poder de compra sendo o único a realizar a sua produtividade individual em seu próprio lote. Por esse mesmo motivo é que os proprietários não se reconhecem como “assentados”, mesmo sendo a configuração nominal dada a esse formato de concessão de acesso à terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, pois, que as políticas públicas estão caminhando no sentido do investimento, o que é importante. Porém, antes do fomento é necessário apoio inicial com a disponibilização de créditos de instalação.

Sendo assim, fez-se necessário investigar o acesso às políticas públicas de apoio à reforma agrária e também da falta de disponibilização de infraestrutura às comunidades rurais.

O processo de reterritorialização de acordo com Haesbaert (2004), é compreendido “como o movimento de construção do território”, todavia, nem sempre essa construção é um processo fácil, posto que envolve adaptações às novas formas de vida, principalmente quando se tratam de movimentos de saída do campo em direção as áreas urbanas.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil, além de uma política pública é uma alternativa na tentativa de solucionar situações pertinentes da reforma agrária no país e prevê, em termos jurídicos, consultorias sobre o manejo e qualidade do solo, culturas rentáveis e produtivas, porém, isso nem sempre se efetiva no âmbito dos governos e seus agentes.

Sendo assim, o trabalhador passa a depender de fatores naturais para que as atividades produtivas/plantações gerem renda, e possibilitem o pagamento das parcelas referentes à aquisição da propriedade. Há por parte dos agricultores familiares riscos próximos quando se trata da possível perda da terra adquirida caso as pendências não sejam quitadas – atrelado a isso, vislumbra-se o aumento do endividamento com bancos.

Neste sentido, percebe-se que o programa de certa maneira atende parte das necessidades dos agricultores familiares, todavia, os bancos têm maiores possibilidades de obterem vantagens, pois o governo dá mais seguridade financeira a tais instituições do que propriamente aos agricultores.

A política de crédito fundiário é institucionalmente reconhecida e “aceita” pela sociedade que recrimina os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, por meio da ocupação de terras e formação de acampamentos. Desse modo,

para que ocorra a formação de um assentamento em terras improdutivas ou subaproveitadas, essa política prevê que as mesmas sejam adquiridas por meio de operações imobiliárias, caracterizando, portanto, uma “reforma agrária de mercado” (RAM).

Segundo Rocha (2010), a principal diferença existente entre os dois tipos de assentamentos rurais se dá pela forma de luta pela aquisição da terra. Na prática, a intencionalidade das associações é atraente e mobilizadora para despertar o desejo de muitas pessoas em participar de uma associação, porém, a questão é que eles sozinhos podem ser insuficientes para garantir o sucesso da entidade. Na prática, a intencionalidade das associações é atraente e mobilizadora para despertar o desejo de muitas pessoas em participar de uma associação, porém, a questão é que eles sozinhos podem ser insuficientes para garantir o sucesso da entidade.

É essencial que as pessoas que compõem a associação tenham certeza do que querem pessoalmente com o processo e quais benefícios à união do grupo podem gerar para si mesmos ou para a comunidade da qual fazem parte.

No entanto, se observa na realidade, a função das associações não é só econômica, na perspectiva da aquisição da terra. Elas são necessárias para que as comunidades sejam organizadas, para que tenham força, representatividade coletiva e recursos financeiros, onde a mesma possa exercer suas funções efetivas de coletividade, como demonstrados por Lins e Pires (2010). Apesar disso há dificuldades nesse processo organizativo, pois, uma vez de posse dos lotes, o individualismo impera sobre o coletivo no cotidiano dos agricultores familiares, fato esse identificado nas narrativas dos entrevistadaso nas três comunidades rurais.

É essencial que as pessoas que compõem a associação tenham certeza do que querem pessoalmente com o processo e quais benefícios a união do grupo pode gerar para si mesmos ou para a comunidade da qual fazem parte.

É nesse sentido que a AGRAER destaca a comunidade rural Quero Quero como a mellhor desenvolvida em relação a organização das suas produções, uma vez que é claramente visível por conta de ser o primeiro modelo de instalação desse tipo de acesso à terra. Motivo esse que também implica a sua forma de implementação seguindo as regras estabelecidas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil.

Verifica-se que nas comunidades em estudo Quero Quero, Arataba e Conquista do Mimoso, a forma de avaliar e analisar e julgar a comunidade rural Quero Quero como sendo a a melhor desenvolvida, um dos critérios para a mesma ser assim vista pela AGRAER, é o da aptidão para o trato com a terra e comprovação de ter de alguma forma relação com o meio rural (critério necessário ao fazer a seleção para a política pública). Este é um fator relevante em relação as outras duas comunidades, pois nestas há um número significativo de proprietários que já não são os primeiros adquirentes e sim compradores de segundos e até mesmo terceiros.

Portanto, evidencia-se a importância do papel da assistência técnica em âmbito da extensão rural para apoiar o empreendimento coletivo por meio de capacitação dos seus associados e gestores a fim de que a produção tradicional proveniente da agricultura familiar possa alcançar um maior espaço nos mercados, possibilitando assim maior geração de emprego e renda e a permanência dessas famílias no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1, 1997, Brasília. Anais. Brasília: PNUD, 1997. p. 29-35. Disponível em: https://www.ifibe.edu.br/arq/20150813150143460200898.pdf Acesso em: 20 jan. 2021.

AGRAER – **Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural** - MS. 2015 (http:www.agraer.ms.gov.br).

AMARAL, Maciel Batista do. **Análise descritiva do montante de contratações do PRONAF realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil, agência Serra Talhada-PE, no período de 2010 a 2018**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2376 Acesso em: 15 abr. 2023.

BEM, Anderson. **Os desafios da reprodução camponesa nos assentamentos agrários em Jardim, Mato Grosso do Sul – Brasil.** Doutor em Geografia pela UEM

- Universidade Estadual de Maringá., e professor efetivo no IFMS - Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. 2018. Disponível em:

http://alasru2018.easyplanners.info/opc/tl/0648_anderson_bem.pdf/ Acesso em 23 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 26 nov. 2003. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4892-25-novembro-2003-497525-norma-pe.html Acesso em: 10 jan. 2023.

————Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o **Fundo de Terras e da Reforma Agrária**, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 nov. 2003. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2003/decreto- 4892-25-novembro2003-497525-norma-pe.html Acesso em: 15 nov. 2021.

————**Programa Nacional de Crédito Fundiário: Plano anual de aplicação de recursos** – 2000/2004. Brasília, MAPA, 20 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agriculturafamiliar/credito Acesso em 05 dez. 2021.

_____. “Documento. PAR/RC”. Caixa 37, 1964n.

_____. **Cidade de Jardim, Mato Grosso do Sul**. Disponível em:

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/jardim . Acesso em: 24 fev. 2023.

BERGAMASCO, Sonia. M.; NORDER, Luís. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos) 301 p. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/9011/5117. Acesso em 12 fev. 2023.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero.** Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7 Acesso em 05 dez. 2021.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. Revista Emancipação, 7(1), 2007, p.165-176. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242197732_emancipacao_TERRITORIO_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_E_O_NOVO_MUNDO_RURAL Acesso em: 05 jun. 2021.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. p. 29-48. In: MEDEIROS, Leonilde. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar.** São Paulo: ED. UNESP, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8861/FLAMARIONALVES2.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em 12 jan. 2023.

FILHO, F. C. R**. II oficina de Operacionalização de Novas Medidas do PNCF. Secretária de Reordenamento Agrário.** Programa Nacional de Crédito Fundiário. Brasília, abr. 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3511/1/td_2042.pdf Acesso em: 08 fev. 2023.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Atlas: São Paulo. Brasil, 2008.

GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A.; BÚRIGO, F. L.; SENCÉBÉ, Y. Crédito Fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário? In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Organizadores Cátia Grisa e Sérgio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/387/230 Acesso em: 01 ago. 2021.

GORENDER. **Gênesis e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** Mercado Aberto: Porto Alegre. 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” **à multiterritorialidade.** 13º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2022. IBGE. Brasília: DF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Censo Agropecuário de 2017. **Estabelecimentos Agropecuários. Produção e Gênero no Brasil.** Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf . Acesso em: 19 jan. 2023.

JARDIM, PREFEITURA MUNICIPAL - **Plano Municipal De Conservação e Recuperação Da Mata Atlântica Do Município De Jardim – Mato Grosso do Sul.** Setembro – 2012. Disponível em: http://miraserra.org.br/wp-content/uploads/2021/12/PMMA_Jardim-MS.pdf Acesso em: 20 abr. 2022.

KAYSER, Bernard. **O Geógrafo e a pesquisa de campo.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/730/613 Acesso em 15 jan. 2023.

LEITE, Sergio Pereira. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). p. 287-313. In: MEDEIROS, L. S. et. al. Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar. São Paulo: ED. UNESP, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8861/FLAMARIONALVES2.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em: 02 ago. 2021.

LEWIN, Helena. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil.** In: LEWIN, H. et al. (Coords.). O caso do MST em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005. Disponível em: https://www.revistasober.org/article/10.1590/1234-56781806-94790560208/pdf/resr-56-2-311.pdf Acesso em 01 Dez. 2020.

LINS, Maria Luiza; PIRES, Silva. **Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação?** 2010.

LINDNER, Michele.; MEDEIROS, Rosa Maria Viera**. A luta pela terra e a recriação dos espaços de vida de assentados na Campanha Gaúcha.** Confins, v.1, n.19, p. 1- 25, 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/8592 Acesso em 29 out. 2020.

MAGALHÃES, Raimunda da Silva. Estudos qualitativos**: Enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações.** Sobral: Edições UVA, 2018. 305 p. Disponível

em: https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook Acesso em 10 abr. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, J. S. 1980. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, Espaço de Identidade**. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. (Org) SAQUET, Marcos Aurélio e SPÓSITO, Eliseu Savério. 1. ed. São Paulo Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. (Geografia em Movimento) 2008, p. 217-227. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf .pdf Acesso em: 25 jun. 2021.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Crédito Fundiário. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/credito Acesso em 10 jan. 2022.

_____. **(b) Perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Linha de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).** Estudos de Reordenamento Agrário – Nead. Brasília, 2011. Disponível em: http://repiica.iica.int/docs/B2954p/B2954p.pdf Acesso em 12 abr. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A contra reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses do Ceará** – Brasil. USP, 2005. Disponível em:

www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18072006-132037/.pdf Acesso em 03 de abril de 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**, v. 20, p. 355-383, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200024 Acesso em: 15 abr. 2023.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A" reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 587-612, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/PfVM84Kwz7Qb6PFyMvtCzvr/?lang=pt&format=html Acesso em 05 dez. 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. **Rio de Janeiro**, 2004. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/tccs-dissertacoes-e-teses/dissertacao/o-modelo-de-reforma-agraria-de-mercado-do-banco.pdf Acesso em: 12 jan. 2023.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Sobre as políticas de implantação de assentamentos no Brasil. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Artigo DATALUTA: janeiro de 2010.

SAUER, Sérgio. "'Reforma agrária de mercado' no Brasil: um sonho que se tornou dívida". Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 98-125, 2010. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/321/31. Acesso em 05 Dez. 2020.

PAULILO, M. I. S. **Terra à vista—e ao longe.** 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. v. 1. 171p.

VANDER PEREIRA, Antônio et al. Capim-elefante. **PECUÁRIA**, p. 187, 2016. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuaria-de-leite-no-Brasil.pdf#page=188 Acesso em: 10 abr. 2023.

DOCUMENTOS ANEXADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS -

I– IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO:
Nome (titular):
Naturalidade:
Tempo de assentado:
Escolaridade:Estado Civil:Idade: Número do lote:Área (ha):

II–PERFIL DA FAMILIA ASSENTADA
1.Origem: 1. Rural ( ) 2. Urbana ( )
2.Sobre o regime de utilização da área?
1. Proprietário ( ) 2. Trabalhador do imóvel desapropriado ( ) 3. Parceiro ( ) 4. Posseiro ( ) 5. Assalariado ( ) 6. Diarista ( )
3.Qual sua atividade principal? 1. Agricultura ( ) 2. Pecuária ( ) 3. Intermediário ( )
4.Reside na Propriedade? 1. Sim ( ) 2. Não ( ) Por quanto tempo
5.Fatores que dificultam a produção.
1. Seca ( ) 2. Excesso de chuva ( ) 3. Solo ( ) 4. Água para criação 5. Falta de Crédito ( ) 6. Pragas ( ) 7. Falta Informação
6.Quantidades de pessoas que residem no lote?
7.Dentre os moradores, quantos possui filhos residindo?

III - Informações relacionados ao assentado e/ou família no lote Atualmente, qual o tipo de moradia?
( ) alvenaria ( ) alvenaria e madeira ( ) apenas madeira Qual a origem dos recursos para a construção da moradia? ( ) recursos próprios
( ) auxilio federal e recursos próprios ( ) auxilio municipal
( ) auxilio estadual
Qual atividade predomina atualmente na propriedade? ( ) Agricultura destinada apenas à subsistência
( ) Agricultura para fins de comercialização e também para subsistência
( ) Pecuária leiteira/corte e também destinada à comercialização
( ) Pecuária para fins de comercialização ( ) Outras
Como considera a qualidade do solo que possui em seu lote? ( ) Muito boa ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo.

IV- INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ORIGEM DE LUTA PELA TERRA ATRAVÉS DO ENTREVISTADO:
1. Qual município/estado residia antes de ingressar ao lote?
2. Quantos anos você e/ou sua família ficaram acampados para aquisição da terra?
3. Nesse período, recebiam ajuda financeira ou de alimentação? ( ) sim ( ) não.

V – PRINCIPAIS FONTES DE RENDA FAMILIAR
1.Possui renda financeira regular? 1. Sim ( ) 2. Não ( ). Qual?
2.Existe algum membro da família que tem renda fora da propriedade?
1. Sim ( ) 2. Não ( ). Qual tipo de atividade?
3. Qual o valor da renda familiar total?
1. Maior igual a Salário Mínimo ( ) 2. Um a três Salário Mínimo ( ) 3. Mais de Três Salário Mínimo ( ).
4.Recebem algum auxílio Governo?
5.Possui imóvel próprio?
1. Apenas este ( ) 2. Imóvel Rural 3. Terreno ( ) 4. Em Outro Município ( ).
6. Existe algum membro da família que recebe:
1. Aposentadoria ( ) 2. Pensão ( ) 3. Ajuda de familiares distantes ( ) 4. Outros ( )
7. Recebeu algum tipo de credito?
1. Sim ( ) 2. Não. Qual? 1.Pronaf A ( ), A/C
8. Qual sua situação em relação ao(s) crédito(os) adquirido(os)?
1. Em dia ( ), 2. Duas a 8 prestações atrasadas ( ), 3. Um a 2 anos atrasadas ( ), 4. Mais de 2 anos atrasadas ( ).

VI– PROGRAMS GOVERNAMENTAIS
28. Participam de Programas governamentais?
1. Sim ( ), 2. Não ( ). Qual?
1. PAA ( ) 2. PNAE ( ) 3. Outros:
2 . Quais as dificuldades para acesso ao crédito?
Demora em liberação do financiamento ( ), Documentação exigida ( ), Dificuldade imposta pelo banco ( ), Problemas na elaboração do projeto ( ), Outras:
3. Qual a relação do Assentamento com a Prefeitura?
Em relação à assistência em: Educação: Transporte: Saúde: Participação em Programas Sociais:

VII- ASSISTÊNCIA TÉCNICA
1.O assentamento recebe Assistência Técnica Rural? 1. Sim ( ), 2. Não ( ).
2.De onde vêm a Assistência Técnica Rural

3.Quanto a Assistência técnica da AGRAER:
1. Ruim ( ), 2. Regular ( ), 3. Boa ( ), 4. Ótima ( ) Regular ou Ruim – Motivos:
4. Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município:
1. Ruim ( ), 2. Regular( ), 3. Boa ( ), 4. Ótima ( ) Regular ou Ruim – Motivos:
5. Quanto ao Banco do Brasil: 1. Ruim ( ), 2. Regular ( ), 3. Boa ( ), 4. Ótima ( ) Regular ou Ruim
– Motivos:

VIII - EXPECTATIVAS
1. Qual o principal motivo o levou a se inserir no programa de Reforma Agrária?
1.Aumento de renda ( ) 2. Poder produzir na própria terra ( ) 3.Deixar de ser empregado ( ) Outros:

2.Quais suas expectativas quando acampado?
3.Você está satisfeito em participar do crédito fundiário?
4.Em sua opinião, quais as maiores dificuldades na sua propriedade?
5.Quais as maiores vantagens da sua propriedade?
6.Quais as maiores dificuldades do assentamento?
7.Na sua visão quais as melhores partes do assentamento?
8.Se voltasse no tempo atrás, você faria novamente a aquisição desta terra pelo crédito fundiário?
9.Quais suas expectativas atuais?